



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**FRANCIANE DAS CHAGAS FARIAS**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS**

**SUMÉ - PB  
2019**

**FRANCIANE DAS CHAGAS FARIAS**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**Orientadora: Professor Dr<sup>a</sup> Kelly Cristina Costa Soares.**

**SUMÉ - PB  
2019**

F244p Farias, Franciane das Chagas.  
Programa Bolsa Família: impacto na qualidade de vida dos beneficiários. / Franciane das Chagas Farias. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

25 f.

Orientador: Professora Dr<sup>a</sup>. Kelly Cristina Costa Soares.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Programa Bolsa Família. 2. Política social de renda. 3. Desigualdade e inclusão. 4. Política pública de distribuição de renda. I. Soares, Kelly Cristina Costa. II. Título.

CDU: 35(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

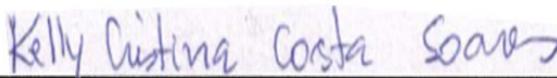
Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**FRANCIANE DAS CHAGAS FARIAS**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Professora Dra. Kelly Cristina Costa Soares  
Orientadora - UAGESP/CDSA/UFCG



---

Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho  
Examinador I - UAGESP/CDSA/UFCG



---

Professor Me. Allan Gustavo Freire da Siva  
Examinador II - UAGESP/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 11 de julho de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos Mestres:

Meu reconhecimento sincero e eterno por tudo que destes de vós para a nossa formação profissional.

Aos Pais:

As principais pessoas a quem devo por este momento. De vocês recebi o dom mais precioso do Universo: a Vida. Revestiram-me de amor, carinho e dedicação e, hoje, final do curso, procuro entre as palavras aquela que gostaria que seus corações ouvissem do meu, e só encontro um simples e sincero obrigado, MEUS PAIS.

Aos meus irmãos, por serem pessoas muito importantes para mim e sempre me compreenderem.

Aos meus amigos, em especial a Luana Paulino que tive o prazer de conhecer durante o curso, obrigada por fazerem parte da minha vida.

E de modo especial à minha orientadora, Profa. Dra. Dr.(a) Kelly Cristina Costa Soares, pela paciência e contribuição para o término dessa caminhada.

## RESUMO

O trabalho busca fazer um levantamento bibliográfico acerca das avaliações sobre o Programa Bolsa Família e os impactos na qualidade de vida dos beneficiários. Para tanto, realizou-se revisão sistemática da literatura, utilizando publicações das bases de dados de periódicos científicos, Scielo, LILACS e ainda pesquisa no Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Educação. O esforço de investigação evidenciou 10 análises sobre impactos do Programa Bolsa Famílias para famílias beneficiadas. As abordagens pesquisadas trazem evidências significativas sobre efeitos positivos em políticas de transferência de renda em realidade de crescentes desigualdades. Os resultados dessas pesquisas têm se tornado divisor de águas entre os que estudam as políticas sociais, pois além de alterar o mapa da pobreza no país e oferecer um mínimo de dignidade a pessoas subalternizadas, as políticas de inclusão assumem lugar prioritário na agendas das políticas públicas.

**Descritores:** Desigualdade. Inclusão. Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

The paper seeks to make a bibliographical survey about the evaluations about the Bolsa Família Program and the impacts on the quality of life of the beneficiaries. For that, a systematic review of the literature was carried out, using publications from the databases of scientific journals, SciELO, LILACS and also a research on the Portal of the Ministry of Social Development and the Ministry of Education. The research effort evidenced 10 analyzes on the impacts of the Bolsa Família Program for beneficiary families. The researched approaches bring significant evidence of positive effects on income transfer policies in the face of increasing inequalities. The results of these researches have become a watershed among those who study social policies, since besides changing the poverty map in the country and offering a minimum of dignity to subalternized people, inclusion policies take priority in the public policy agendas.

**Keywords:** Inequality. Inclusion. Public policies.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 O Programa Bolsa Família.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 O Programa Bolsa Família em Sumé-PB.....</b>	<b>11</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>14</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário das políticas públicas tem sido historicamente um solo fértil de discussões em diversas áreas do saber, e no campo de atuação profissional. Ao fim do Estado Novo acontece um processo de democratização do processo político, com a elaboração de leis sociais pelo Congresso Nacional, porém os trabalhadores não conseguem interferir na elaboração da legislação social e o Estado privilegia o crescimento econômico, estabelecendo políticas sociais que atendem apenas a questões emergenciais, não alterando em sua essência a questão social (LAJÚS, 2017).

A institucionalização das políticas sociais no Brasil são vinculadas a uma estrutura corporativista, enquanto sistema de dominação, que tem como objetivo a cooptação do operariado, a legitimação do sistema, a reprodução da força de trabalho e a garantia do processo de acumulação.

Quando nos anos 1960, a sociedade passa por um processo de rearticulação, com reivindicação por parte da população de melhores condições de vida e de trabalho, um golpe de Estado determina uma nova correlação de forças no quadro político. Os militares assumem o poder e as leis sociais passam a ser elaboradas por tecnocratas e orientadas por organismos vinculados à Presidência da República e subordinadas aos preceitos da segurança nacional. As políticas sociais passam a ser usadas como forma de neutralizar a oposição, conseguir apoio ao regime, despolitizar a organização dos trabalhadores e reguladora do conflito social.

Segundo Pereira(1996), em 1988 foi promulgada a nova constituição brasileira, que contou com forte apoio popular, que permitiu introduzir significativos avanços na área social. A Assistência Social passa a ser tratada como política pública, integrante da Seguridade Social, junto às políticas de Saúde e Previdência Social. O fato de alçar a Assistência Social à condição de política pública, direito do cidadão e dever do Estado implica na mudança de concepção da Assistência Social, retirando-a do campo da benemerência, do dever moral e do assistencialismo para o dos direitos sociais.

Muitas são as dificuldades para a consolidação desta política, considerando a sua trajetória histórica. O envolvimento de diferentes atores no processo de afirmação da política de Assistência social possibilitou a promulgação da Lei

Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. No Capítulo I, art 1º diz:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, Cap.1, art.1º).

O momento da promulgação dessa lei, foi decisivo na definição da política. A mobilização permanente dos envolvidos com a política e que tem como objetivo afirmá-la, consolidá-la, levou a produção de novos documentos legais que regulamentam a gestão e as ações, possibilitando aproximar os textos legais de novas práticas voltadas para a garantia e efetivação de direitos (NOGUEIRA,2004).

A execução do Sistema Único de Assistência Social –SUAS, representa significativo avanço na construção da política pública de Assistência Social por definir e organizar aqueles que são os elementos fundamentais para que aconteça o processo de execução da política de Assistência Social (LAJÚS,2017).

O SUAS, implantado em 2005, é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União. No Suas, as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Os programas, projetos, serviços e benefícios devem ser desenvolvidos nas regiões mais vulneráveis, tendo a família como foco de atenção.

A Assistência Social passa a direcionar ações por meio de serviços, programas e projetos, conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) 109/09, conhecido nacionalmente como Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Os Programas de Transferências de Renda (PTR) surgiram como alternativa para combater a miséria no País, com a concepção de que os beneficiários teriam autonomia para decidir como utilizar o benefício, pois ninguém melhor que eles para saber quais seriam suas prioridades (ARRUDA, 2017).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela medida provisória nº 132, de 20 outubro de 2003, transformada em Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e

regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Surgiu com o objetivo central de combater a pobreza e a desigualdade no Brasil.

A sustentação ideológica do PBF, ocorre por meio de três eixos elementares: transferência de renda para alívio imediato da pobreza; o acesso a direitos por meio das condicionalidades que oferecem aos beneficiários condições para quebrar o ciclo de pobreza e oportunidades de inclusão social e, por fim, a articulação com outras ações, contribuindo para integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias (ARRUDA,2017).

Por tudo isso, a relevância deste estudo repousa na necessidade de apresentar um levantamento bibliográfico sobre os impactos do Programa Bolsa Família na qualidade de vida dos seus beneficiários, bem como conhecer como as pesquisas científicas apresentam os resultados de uma política pública de inclusão social.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família (PBF), deu seus primeiros passos em 2003, carregando consigo uma série de desafios. Com objetivos de contribuir para a inclusão social das famílias pressionadas pela miséria, com alívio imediato de sua situação, e estimular avanços em sua educação e saúde para interromper o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

O PBF contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: 1) Complemento da renda — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. 2) Acesso a direitos — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. As condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à

população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. 3) Articulação com outras ações — o PBF tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (BRASIL,2015).

A gestão do PBF é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos. O PBF está previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas.

No Brasil, PBF é considerado o programa de maior alcance nacional no que se refere à distribuição de renda do governo federal. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome (MDS), o Programa, atende aproximadamente cerca de 13,9 milhões de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Em 2003, 12% dos brasileiros estavam na condição de pobreza extrema enquanto que em 2008, devido ao acesso ao PBF, esse percentual diminuiu para 4,8%. Dados do IPEA endossam os números acima, e apontam para o aumento de 14% na renda per capita domiciliar entre os 10% mais pobres no período de 2011 a 2012 (ARRUDA,2017).

No entanto, deve-se entender os Programas de transferência de renda como uma política social, centrada na proteção social, como o início de um processo que levaria os beneficiários a buscar sua emancipação.

O PBF foi responsável por duas evoluções importantes para o sistema brasileiro de proteção social: unificou diversos programas similares já existentes, mas que operavam separadamente, eliminando lacunas, sobreposições e ineficiências; e conferiu uma nova dimensão ao sistema, ao passar a atender também à população pobre em idade ativa, alcançando grupos que contavam com baixíssima cobertura da proteção social, especialmente as crianças.

Antes do PBF, o sistema era caracterizado por benefícios contributivos (previdência social) e não contributivos (Benefício de Prestação Continuada – BPC) para pessoas que perderam a capacidade produtiva. Sob a ótica dos arranjos

institucionais, a ênfase do PBF nas condicionalidades, como forma de garantir às famílias o acesso a serviços básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, requereu forte articulação intersetorial. Os esforços institucionais para a implementação do PBF exigiram também intensa articulação federativa, lastreada pela estrutura descentralizada da assistência social, mas com ramificações importantes nas áreas da educação e da saúde, em uma relação de parceria com os governos estaduais e, principalmente, municipais (BRASIL,2014).

No entanto, a consolidação do programa dependeu, sobretudo, da construção do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), viabilizada pela força e pela articulação federativa em torno do Bolsa Família, seu principal programa usuário. O Cadastro Único conta hoje com o registro de 23 milhões de famílias de baixa renda. Entre elas, 13,8 milhões são beneficiárias do PBF.

## **2.2 O Programa Bolsa Família em Sumé-PB**

Esse programa de transferência direta de renda tem importância significativa nos pequenos municípios brasileiros, principalmente, no Nordeste, uma região com sérios problemas de desigualdade. O PBF utiliza critérios socioeconômicos para famílias que tenham cadastros atualizados nos últimos 24 meses. São esses os critérios: renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00 ou renda mensal por pessoa de R\$ 89,01 a R\$178,00, desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição (BRASIL,2018).

No município de Sumé-PB, há 2.839 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 37,43% da população total do município, e inclui 1.474 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de agosto de 2018 foram transferidos R\$ 502.785,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 177,10 por família. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78(BRASIL,2018).

A cobertura do programa é de 121,69% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais

do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O município já alcançou a meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. A qualidade dos dados cadastrais aumenta a possibilidade de que todas as famílias pobres e extremamente pobres do Município sejam beneficiárias do Programa. Periodicamente, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) convoca as famílias beneficiárias do PBF para atualizarem seus cadastros nos processos de Revisão Cadastral e Averiguação Cadastral. Em cada um desses processos, as famílias são organizadas em grupos, com prazos diferenciados para a atualização cadastral (BRASIL, 2018).

Com relação a educação, no município de Sumé-PB, 1.882 crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 1.571. Portanto, 83,48% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A média nacional é de 91,07% de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar razoável, mas ainda abaixo da média nacional. O desafio dado aos executores do PFB no município passa a ser trabalho permanente de acompanhamento dos indicadores de educação desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação (BRASIL, 2018).

A partir disso, podem focar nos beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola em que estudam (“não localizados”), realizando ações de orientações às famílias para que informem nas secretarias escolares quando suas crianças e jovens forem beneficiários do PBF e para que atualizem o Cadastro Único quando eles mudarem de escola, ou ainda realizando a busca ativa de beneficiários que estejam fora da escola. Também é importante tentar identificar e registrar adequadamente os motivos que levam os alunos com baixa frequência a descumprirem a condicionalidade.

Na área da Saúde, 2.259 famílias foram acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 1.540 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 68,17%.

A média nacional de acompanhamento na saúde é de 72,76%. Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde baixo. Para melhorar essa situação, o gestor municipal do PBF deve conhecer e se articular com o coordenador municipal do PBF na Saúde, que é o responsável técnico por esse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde(BRASIL,2018).

Eles podem solicitar orientação e, se for o caso, capacitação e apoio técnico da Coordenação Estadual Intersetorial do PBF. A partir disso, devem realizar atividades de orientação e esclarecimentos sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF para as equipes do Programa Saúde da Família, das Unidades Básicas de Saúde, e para os agentes comunitários de saúde; realizar ações de orientações às famílias para que informem que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde e para que atualizem o Cadastro Único quando mudarem de endereço; e planejar ações periódicas de busca ativa de famílias não acompanhadas pela saúde.

As famílias que descumprem as condicionalidades podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício quando o descumprimento é reiterado, até seu cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades das famílias, pois demonstram que elas não estão exercendo seus direitos sociais básicos à saúde e à educação, determinando a priorização dessas famílias no Acompanhamento Familiar realizado pelas equipes da Assistência Social no município. O município apresenta 0 família(s) em fase de suspensão no período acompanhado (maio de 2018). Dessa(s), 1 família(s) apresenta(m) registro de Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidades do PBF (Sicon). Esse registro é necessário para que esta(s) família(s) não deixe(m) de receber os recursos do Bolsa Família, se for o caso.

### **3 METODOLOGIA**

Buscou-se uma revisão sistemática da literatura, que é a aplicação de estratégias científicas para limitar o viés na reunião sistemática, avaliação crítica e síntese de todos os estudos relevantes em um tópico específico (MEDRONHO, 2009). Vê-se dessa forma a finalidade de um estudo conclusivo com abordagem

sistemática e metodologia científica, visando diminuir os erros (ROTHMAN; GREENLAND; LASH, 2011).

A coleta de dados ocorreu com base em informações nas bases de dados que abordam o tema. A pesquisa eletrônica foi com leituras críticas e analíticas dos textos sobre o assunto, num período de março à julho, momento em que partimos para a busca de informações, seguido da seleção do material teórico, como artigos científicos selecionados para pesquisa, tendo-se selecionado material escrito em português, sendo esses artigos completos.

As análises dos conteúdos compilados dos artigos trabalhados foram com base na análise de conteúdo de Bardin, que categoriza cada variável, e analisando as falas coletadas, extraindo assim, sua essência dentro da enunciação, decorrentes das temáticas estudadas (BARDIN, 2004).

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

De acordo com as leituras dos artigos, foi observado uma grande diversidade de conceitos sobre o Programa Bolsa Família as suas condicionalidades e o desenvolvimento do programa nos municípios.

Diante das leituras realizadas foram apresentados os objetivos gerais de cada um dos artigos pesquisados e sintetizados a metodologia dos mesmos que se tivesse uma percepção das contribuições que os estudos poderiam dar ao objeto pesquisado como pode ser visto no Quadro 01.

**Quadro 01 - Apresentação dos autores e ano de publicação dos artigos, objetivo geral e metodologia de acordo com a ordem apresentada nas referências.**

<b>AUTORES E ANO DO ARTIGO</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>METODOLOGIA</b>
1-SANTOS, LEICHSENRING, FILHO, SILVA (2017)	Examinar a duração do emprego entre indivíduos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.	Estimamos modelos de riscos proporcionais de Cox para comparar a duração no emprego entre beneficiários e não beneficiários do programa utilizando uma base de dados com mais de três milhões de indivíduos pertencentes a famílias de baixa renda.
2-CASTRO, WALTER, SANTANA, STEFHANOU (2009)	Analisar as percepções da sociedade brasileira sobre o Programa Bolsa Família (PBF).	Foram coletados dados através da pesquisa de campo e da pesquisa documental.
3-SANTANA, GONÇALVES, SANTOS (2017).	Avaliar o impacto do PBF no município de Campina Grande-PB.	Foram coletados dados através da pesquisa de campo e da pesquisa documental, os dados primários foram acessados através de entrevistas com os atores institucionais e sociais, envolvidos com o PBF, no período de janeiro e fevereiro de 2016, já os dados secundários foram coletados em documentos oficiais do governo.

4-SOUZA, NUNES, ALVES. (2013).	Analisar o percurso histórico da Assistência Social como Política de Direito, avaliando seus avanços e desafios e como esta tem sido trabalhada na perspectiva do direito social.	Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental.
5-ARRUDA (2017)	Conhecer o olhar dos beneficiários sobre o Programa Bolsa Família em sua condição de vida.	Tratou-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo tendo como público alvo pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família da região do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Leste do Município de Mogi Guaçu/SP.
6-SANTOS, SILVA (2015)	Analisar os impactos do Programa Bolsa Família na qualidade de vida dos usuários que vivem em uma situação de vulnerabilidade social.	Foi realizada uma pesquisa de campo em um CRAS de Campo Grande com as Assistentes Sociais que trabalham e as famílias cadastradas.
7-DEUS (2013)	Apresentar os impactos econômicos e sociais do Programa Bolsa Família no município de Itapirapuã Paulista (SP).	Tratou-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo tendo como público alvo pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

8-KEM, VIEIRA, FREGUGLIA (2010).	Investigar os impactos do Programa Bolsa Família sobre a educação das crianças de 6 a 17 anos, com enfoque sobre a participação, progressão, repetência e abandono escolar no Brasil e grandes regiões.	Utilizou-se o método de diferenças em diferenças, levando em consideração o desenho amostral complexo. Para esse estudo foi construído um painel de dados longitudinal no nível de indivíduo, a partir dos dados AIBF I e AIBF II. O presente estudo consiste em um avanço na literatura por ser o primeiro a acompanhar o mesmo indivíduo ao longo do tempo e considerar o desenho amostral complexo nas estimações.
9-PEIXOTO (2010)	Conhecer as mulheres pobres, urbanas, beneficiárias do Programa Bolsa Família, entender a composição e a dinâmica das suas famílias e, ainda, compreender suas opiniões quanto ao recebimento dos recursos provenientes do Programa, as responsabilidades assumidas na gestão da renda e sobre o cumprimento das condicionalidades.	A metodologia utilizada pautou-se em pesquisa de natureza qualitativa, utilizando-se como principal técnica de coleta de informações, durante o trabalho de campo, a entrevista semiestruturada em profundidade com sete mulheres residentes na comunidade, principais sujeitos desta pesquisa.
10-MORAES, MACHADO(2017)	Discutir as condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, considerando as diretrizes nacionais, as relações intergovernamentais e intersetoriais.	Revisão bibliográfica, análise documental, análise de dados secundários e realização de 20 entrevistas.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

De acordo com os objetivos gerais apresentados nos estudos, vimos que descreve ações que o PBF traz consigo e efeitos em diversas áreas como economia, saúde, educação, assistência social, e se efetivam nas condicionalidades, e cada qual com a sua importância.

Observamos no Quadro 01, que entre os artigos levantados seus autores buscaram não somente o conhecimento, mas apresentaram as ações, os impactos que o programa traz na vidas dos seus usuários. Como pode ser visto nos trabalhos de SANTOS et al (2017), CASTRO et al (2009), SANTANA et al (2017), SOUSA et al , (2013), ARRUDA (2017, SANTOS et al (2015), DEUS (2013), KEM et al (2010), PEIXOTO (2010), MORAES et al (2017), dentre outros os culminam com a mesma proposição do nosso estudo. Procedimentos que só vieram enriquecer o nosso conhecimento.

Também, com base nas leituras realizadas nos artigos levantados para a realização do estudo em apreço, foram apresentados os resultados e conclusões encontrados, os quais vêm mostrar que os objetivos propostos foram alcançados como podem ser visualizados e analisados a partir dos discursos apresentados pelos pesquisados, Como pode ser visto no Quadro 02.

**Quadro 02 - Apresentação dos autores e ano de publicação dos artigos, resultados e conclusões de acordo com a ordem apresentada nas referências.**

Autores e ano do artigo	Resultados	Conclusão
1-SANTOS, LEICHSENRING, FILHO, SILVA (2017)	Os resultados sugerem que o risco de desligamento do emprego para os beneficiários do Programa Bolsa Família é entre 7% e 10% menor do que para os não beneficiários. Modelos paramétricos também foram ajustados para verificação de robustez, produzindo resultados equivalentes aos do modelo de Cox. Em todos os casos, a participação no programa foi observada por meio de uma covariável	Concluiu-se que as chances de os beneficiários do Programa Bolsa Família permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários do programa. Essa constatação não apenas contraria a hipótese de um <i>efeito preguiça</i> vinculado à concessão do benefício, como também estabelece o efeito inverso, de que o benefício financeiro advindo do programa contribua para a manutenção do emprego.

	variando no tempo, extraída diretamente das folhas de pagamento do programa.	
2-CASTRO, WALTER, SANTANA, STEFHANOU (2009)	A pesquisa indicou que a população reconhece o Programa e entende que ele está sendo utilizado de forma adequada, mesmo considerando problemas em sua execução. Houve uma importante diferença entre a opinião daqueles que conhecem beneficiários em relação àqueles que não conhecem, sendo que os primeiros se manifestaram de forma mais positiva em relação aos resultados e mais cautelosos em relação às críticas.	Conclui que o PBF adquiriu legitimidade junto à sociedade brasileira dado o nível de conhecimento da política e mesmo de apoio à sua existência e argumenta sobre a importância de buscar e considerar a opinião da sociedade como importante elemento de avaliação de políticas públicas.
3-SANTANA, GONÇALVES, SANTOS (2017).	Os resultados indicam que apesar da necessidade de ajustes, o PBF tem gerado um impacto positivo na vida dos beneficiários, em especial no que se refere às ações de educação e saúde no município de Campina Grande, PB.	Entre as categorias analisadas, Educação, Saúde e, Assistência Social, apenas a última, apresentou baixo desempenho, o que pode gerar impacto negativo ao PBF, esse ligado a gestão do cadastro único. Sendo assim, conclui-se que o PBF é efetivo no município de Campina Grande, PB.
4-SOUZA, NUNES, ALVES. (2013).	Observou que houve um grande avanço no tocante ao reconhecimento da Assistência como Política de Direito, porém a efetivação na prática	A transição da assistência social para o âmbito da política pública exige que ela supere sua identificação sob a categoria de programa social deste ou daquele governo para desenvolver um

	desta Política no âmbito do direito social ainda de constitui um grande desafio.	sistema de proteção social contínuo.
5-ARRUDA (2017)	Fica evidente a necessidade de políticas públicas articuladas. Quando questionadas sobre o que entendem por qualidade de vida, as respostas apontaram que este conceito está ligado a demandas prioritárias de sobrevivência como a alimentação e moradia, e os sonhos e expectativas estão ligados às estas necessidades básicas cotidianas	Concluiu-se que há a necessidade de maior articulação Intersectorial do Programa Bolsa Família, na busca da efetividade enquanto política social, com estratégias e ações coerentes com o perfil dos beneficiários e da realidade local para o enfrentamento das diversas vulnerabilidades.
6-SANTOS, SILVA (2015)	Constatou-se que o recurso financeiro que recebem do programa tem impacto em suas condições de vida, contribuindo na compra de alimentos e até mesmo de roupas para as crianças, mostrando que o benefício impacta de forma positiva na vida dessas famílias que podem até mesmo sair da linha de risco e vulnerabilidade social.	Concluiu-se que as famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social geralmente procuram o CRAS em busca de um auxílio para conseguirem serem beneficiadas pelo programa Bolsa Família, pois acreditam que através do programa, poderão melhorar suas condições através dessa renda, já que um dos objetivos do programa é dar melhores condições as famílias beneficiadas por esse programa.
7-DEUS (2013)	Para que o programa cumpra com seus objetivos ainda há muito que percorrer, o que ainda é perceptível neste município é apenas parte do seu objetivo inicial, a fome está sendo saciada.	Concluiu-se que a gestão do programa no município é considerada pela maioria dos beneficiários boa, porém, ainda falta à gestão democrática e participativa acontecer, não se atribui tal carência propriamente ao gestor, mas a uma questão cultural das pessoas de não participar, não opinar, não se posicionar, neste caso dos beneficiários.

8-KEM, VIEIRA, FREGUGLIA (2010).	Os principais resultados mostram que o Bolsa Família não afetou a matrícula escolar das crianças de 2005 para 2009, quando separadas por gênero. No entanto, o Bolsa Família aumentou a probabilidade das crianças se maticularem, especialmente em áreas rurais da região Norte/Centro-Oeste. Para progressão e repetência o Bolsa Família impactou as crianças de 15 a 17 anos de idade residentes na área rural da região Nordeste e na área urbana do Sul/Sudeste, elevando a progressão e diminuindo a probabilidade de repetência.	Concluiu-se que o Bolsa Família também diminui a probabilidade das crianças da área rural do Nordeste evadirem a escola.
9-PEIXOTO (2010)	Dentre os resultados alcançados, destaca-se que o Programa Bolsa Família cumpre um papel importante na provisão imediata dos recursos básicos de sobrevivência familiar na vida dos pobres. A gestão dos recursos realizada pelas mulheres faz com que as mesmas se percebam mais valorizadas socialmente.	Conclui-se, contudo que o Programa Bolsa Família tem significados contraditórios na vida das mulheres, pois, ao mesmo tempo em que fortalece a autonomia das mulheres no interior da família e na comunidade, delegando-as como representantes legais do benefício, reforça as atribuições tradicionais consideradas femininas vinculadas aos cuidados domésticos e familiares fortalecendo a lógica tradicional da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres.
10-MORAES, MACHADO(2017)	Observaram-se fragilidades nas relações entre esferas de governo e setores na gestão do programa. Não houve evidências de que a	Conclui-se que é fundamental avançar na reorganização dos serviços e no envolvimento dos profissionais, para que as ações de saúde e sociais sejam

	existência e o acompanhamento das condicionalidades da saúde per se contribuam para o direito à saúde e interrupção do ciclo de pobreza.	ofertadas de forma articulada e com qualidade para as famílias beneficiárias.
--	--	---

**Fonte:** Elaborado pela autora.

As análises dos resultados e conclusões apresentadas nos artigos estudados permitem conhecer de que modo a implementação do PBF vem atingindo seus objetivos e realizando metas para redução da pobreza e oportunidades sociais. Nesse sentido, é possível considerar que programas de Transferência de Renda trazem alguns aspectos positivos, tais como: a melhoria nas condições de vida das beneficiárias que investem na compra de alimentos, remédios, vestimentas, e investem também em melhoria nas condições de moradia.

Apesar de ser um Programa com condicionalidades, as famílias assistidas pelo programa não encontram dificuldades para atender as exigências postas pelo programa, ou seja, as condicionalidades, que impõem o acompanhamento da saúde e do estado nutricional das famílias, a frequência escolar e acesso à educação alimentar.

## 5 CONCLUSÃO

Com esse estudo podemos afirmar que a transferência de renda é um dos temas que tem se tornado divisor de águas entre os que estudam as políticas sociais, pois além de alterar o mapa da pobreza no país e oferecer um mínimo de dignidade a pessoas subalternizadas, o PBF, ao mesmo tempo, tem proporcionado reflexões sobre as políticas públicas.

Refletir somente o lado negativo e polêmico que o Programa Bolsa Família traz é limitar o programa e desconsiderar sua amplitude e seu avanço na forma de abordar a questão da pobreza, pois trouxe inúmeras transformações, ainda sejam pouco visíveis. Não podemos desprezar a urgência da fome e o quanto essa

transferência tem sido eficaz no seu alívio. O estudo evidenciou análises sobre os impactos do PBF como oportunidade de mudanças sociais.

A literatura analisada apontou considera ainda limitados os esforços articulados intersetoriais para reduzir os diversos aspectos da pobreza como o desemprego, déficits habitacionais, serviços públicos precários, insuficiência de alimentos, ausência de renda, entre outros. No conjunto, portanto as políticas sociais ainda carece de articulação entre tantas outras Políticas Públicas para o combate incessante dos problemas enfrentados pelas famílias que vivem em condições vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Poliana Aparecida de. **Programa Bolsa Família sob o olhar dos beneficiários de um município do interior de São Paulo**. Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Portugal: Edições 70, 2004. Acesso em: 30 JUN. 2019.

BRASIL, **Conheça o Programa Bolsa Família**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. 2015. Disponível no site: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> Acesso em: 28 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania: Sumário executivo** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília Ipea, 2014. 87 p.: graf. Mapas.

\_\_\_\_\_. **Bolsa Família e cadastro único do seu município**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. 2018. Disponível no site: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> Acesso em: 29 de junho de 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Contra reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia**. Serviço Social e Sociedade, n. 73. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. WALTER, Maria Inez Machado Telles. SANTANA, Cora Maria Bender de. STEPHANOU, Michelle Conceição. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009, p.333-355.

DEUS, Elenilde Rosa. **Impactos Socioeconômicos do Programa Bolsa Família no Município de Itapirapuã Paulista- SP**. 43 f. Monografia, Especialização em Gestão Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2013.

KERN, Ana Paula. VIEIRA, Marcel de Toledo. FREGUGLIA, Ricardo da Silva. **Impactos do Programa Bolsa Família na Educação das Crianças**. 2010.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. **A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências. 2017.

MOTA, Leonardo de Araújo (Org.). **Capitalismo contemporâneo: olhares multidisciplinares**. Campina Grande: Eduepb, 2014.

MORAES, Verena Duarte de. Machado, Cristiani Vieira. **O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação**

**intergovernamental e Intersectorial.** SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 41, N. ESPECIAL 3, P. 129-143, SET 2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, A.P. Potyara. **A Assistência Social na perspectiva dos Direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesurus, 1996.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres: um estudo na comunidade morro da vitória.**UEC.2010.

RASELLA, D. **Impacto do Programa Bolsa Família e seu efeito conjunto com a Estratégia Saúde da Família sobre a mortalidade no Brasil.** Salvador. Tese. Universidade Federal da Bahia, 2013.

SANTOS, Danilo Braun. LEICHSENRING,Alexandre Ribeiro. FILHO, Naércio Menezes. SILVA, Wesley Mendes da. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda.** Revista de Administração Pública,2017.

SANTOS, Eliane Moreira dos. SILVA, Profa. Milene Bartolomeu. **Programa Bolsa Família: impacto na qualidade de vida dos beneficiários do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) jardim aeroporto na cidade de Campo Grande/MS.** Curso de Especialização, pobreza e desigualdade social.2015.

SANTANA, Lizandra Kelly de Araújo. GONÇALVES, Gêuda Anazile da Costa. SANTOS, Julio Vitor Menezes dos. **Avaliação do Programa Bolsa Família no município de Campina Grande/PB: a efetividade da ação estatal no atendimento às demandas sociais.** João Pessoa,2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2002.

SOUSA, Maria Maglinalda Figueiredo De. NUNES, Ana Beatriz Lima Monteiro. SOUSA, Margemeire Figueiredo de. SOUSA, Mirelly Figueiredo de. ALVES, Cicero Charlison Renan. **A Assistência Social Como Política Pública de Direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais.**2013.